

Apresentação

Philip Mirowski, em uma conferência recente na América do Norte (junho de 2010), teceu comentários sobre o desempenho altamente equivocados dos economistas ortodoxos na explicação, na previsão e na análise da primeira grande crise econômica do século XXI. Para acentuar certo sentimento mal ocultado de humilhação e de vergonha que se espalhou na poderosa seita dos economistas matematizados, deu-lhe o título mordaz de *A grande mortificação* (*The hedgehog review*, 2010, vol. 12 (2)). Nesse artigo, tratou uma vez mais, com ferina ironia, da pretensão de altíssima cientificidade desses praticantes refinados da ciência posta de pé pelo velho Adam Smith. Para ele, “os economistas não se comportaram com muita dignidade nos últimos tempos”. Postados como guardiões da racionalidade na porta dos mercados, eles se revelaram, ao fim e ao cabo, como defensores da venda de produtos de baixa qualidade para consumidores incautos.

Na explicação do fiasco, porém, o seu diagnóstico não primou pela profundidade, pois se limitou a constatar que “isto é o que acontece quando a história e a filosofia” são banidas dos currículos de graduação e de pós-graduação dos cursos de Economia. Ademais, afirmar que “foi uma lavagem cerebral, pura e simples, levada a efeito sob a bandeira do rigor”, ainda é muito pouco. Mirowski não se pergunta pelas razões históricas e sociais que levaram o ensino e a pesquisa nesse campo por esse caminho tão desértico.

Não, porém, simplesmente, para buscar explicações no campo da sociologia da ciência ou da sociologia do poder. Mas para endereçar outro tipo de questionamento. E esse se delineia quando se pergunta por que, na mão dos economistas, a Matemática deixou de ser apenas o instrumento privilegiado da razão dominadora de mundo para se tornar um critério de legitimidade da própria ciência econômica. Eis aí um fato social e histórico exemplar que requer explicação: encontrar a razão pela qual, em algum momento do pós-guerra, a forma de apresentação passou a dominar o conteúdo explanatório nesse campo do conhecimento.

Ora, uma boa hipótese é supor que esse próprio saber enquanto tal, movido pela necessidade de defender teses pouco plausíveis, teve de assumir a forma de mercadoria. Mas não de mercadoria tradicional cujo valor de uso se assenta sobre as propriedades reais daquilo que vai ser posto a venda, mas de mercadoria cujo valor de uso é imagético e imaginário – um valor de uso criado pura e simplesmente pela propaganda mais cínica.

A revista da SEP, evidentemente, tem seguido outra trajetória.

Nesse número, o artigo de Francisco Paulo Cipolla e Geane Carolina Rodrigues Pinto, *Critica das teorias da financeirização*, questiona o fundamento das teorias que explicam a crise com base na dominância da esfera financeira sobre a esfera produtiva. E, assim, entra em polêmica com autores brasileiros e estrangeiros que trataram do tema, discutindo substantivamente teses relevantes para a compreensão da história recente do desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial.

O segundo artigo aqui publicado, de Wilson Cano, apresenta as suas reflexões sobre o desenvolvimento regional e urbano do Brasil, focando especialmente o papel desempenhado pelas várias formas do capital mercantil nesse processo. Defende a tese de que esse capital tem efeitos deletérios sobre o processo histórico, pois tende a manter o atraso técnico e econômico das regiões e a estabelecer um controle político regressivo sobre os espaços territoriais.

O artigo de Mario Duayer, com o título de *Relativismo, certeza e conformismo*, discute a compreensão do mundo apresentada pela ciência contemporânea, mostrando que esta oscila entre o positivismo e o relativismo. Qualquer que seja a sua tendência predominante, para ele, ela se cinge a compreender as relações entre os fenômenos, pois o seu fim é fornecer elementos instrumentais para prática imediata. Diante desse quadro caracterizado por certo ceticismo histórico, ele conclui pela necessidade de reafirmar a ontologia do ser social como condição indispensável para uma reflexão teórico e prática que mantém o seu caráter crítico.

De Henrique Amorim, a Revista da SEP publica o artigo *Classes sociais e subjetividade proletária no debate sobre o trabalho imaterial*. O texto desse autor procura examinar alguns elementos do

debate sobre o trabalho imaterial, debruçando-se sobre as teses de Negri, acerca do empresário social, e de Gorz, acerca do capitalismo cognitivo. Finalmente, um artigo de José Paulo Guedes Pinto é colocado a disposição dos leitores. Nele se encontram resumidos os resultados obtidos em sua dissertação de mestrado na qual procurou reconstruir a contabilidade social do Brasil nas últimas décadas, numa perspectiva clássica e marxiana.